



## Prefeitura Municipal de Caetés

### Palácio do Índio Caetés

Caetés (PE), 12 de fevereiro de 2020.

**OFÍCIO SEFIN Nº 001/2020**

**AO**  
**SENHOR**  
**SILVANIR BASÍLIO**

**ASSUNTO: RESPOSTA AO RECURSO PROTOCOLADO EM 05 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Sirvo-me do presente para cumprimentá-lo cordialmente e, no ensejo, em atenção ao teor do recurso protocolizado em 05/02/2020, que em síntese requer que sejam fornecidas cópias das notas fiscais de serviços proveniente do processo licitatório nº 20/2018, sobretudo no que pertine mão de obra e materiais utilizados na reforma do Palácio Municipal, em obediência a Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), tempestivamente, passo a respondê-lo.

Compulsando a realidade normativa ventilada no recurso administrativo sobre o qual ora me debruço, em primeira análise, resta evidenciado que a fundamentação jurídica coligida pelo particular é plausível.

Ocorre que a Lei de Acesso à informação não exclui as demais hipóteses legais de sigilo. Portanto, se houver outra lei que imponha hipótese de obrigatoriedade de sigilo, protegidas por outras legislações, tais como os sigilos bancários, fiscal e industrial poderão invocá-la e negar o acesso à informação.

A Constituição não consagra, expressamente, o direito ao sigilo fiscal. Este, espécie do gênero sigilo, ampara-se na inviolabilidade do direito à vida privada e à intimidade das pessoas, direitos fundamentais dos cidadãos, constitucionalmente garantidos no inciso X do art. 5º da Carta Magna, conforme se reproduz:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;"



## Prefeitura Municipal de Caetés

### Palácio do Índio Caetés

Segundo Alexandre de Moraes<sup>1</sup>:

"Os direitos à intimidade e à própria imagem formam a proteção constitucional à vida privada, salvaguardando um espaço íntimo intransponível por intromissões ilícitas externas".

Nesse viés, o sigilo fiscal, portanto, em que pese não estar expresso na Constituição Federal, fundamenta-se e surge como desdobramento dos direitos constitucionais À INVIOABILIDADE DA INTIMIDADE E DA VIDA PRIVADA, TANTO DAS PESSOAS FÍSICAS QUANTO DAS PESSOAS JURÍDICAS, IMPEDINDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE DIVULGAR INFORMAÇÕES FISCAIS DE CONTRIBUINTE E TERCEIROS.

O dever de observância ao sigilo fiscal está expressamente consignado na Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional). O caput do art. 198 desse diploma legal veda a divulgação de informações protegidas por sigilo por parte da Fazenda Pública e de seus servidores e determina o escopo da matéria sigilosa, conforme segue:

Art. 198. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades. (Redação dada pela Lei Complementar nº 104, de 10 de janeiro de 2001).

Verificam-se no dispositivo retrotranscrito cinco elementos conceituais que merecem destaque:

- a) divulgação: ação de espalhar, publicar, divulgar, em suma, tornar pública alguma informação;
- b) Fazenda Pública: tratada de forma genérica, refere-se às administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- c) servidores: vocábulo utilizado em sentido lato, abrange as pessoas físicas que prestam serviços ao Estado e às entidades da Administração indireta, com vínculo empregatício e mediante remuneração paga pelos cofres públicos, incluídos os de regime estatutário; ocupantes de cargos públicos; empregados públicos, contratados sob o regime da legislação trabalhista; servidores temporários, que exercem função sem estarem vinculados a cargo ou emprego público;
- d) informações protegidas por sigilo fiscal: são definidas como aquelas obtidas em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades;

<sup>1</sup> MORAES, Alexandre. Direito Constitucional. 22ª ed. São Paulo: Atlas, 2007. p.48.





## Prefeitura Municipal de Caetés

### Palácio do Índio Caetés

e) sujeito passivo ou terceiros: engloba todas as pessoas físicas e jurídicas relacionadas, ou não, com o fato gerador de obrigação tributária.

Tem-se, portanto, que sigilo fiscal é o dever, a obrigação imposta à Administração Pública e a seus servidores de não divulgar informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo, ou de terceiros, e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

Os dados e informações de pessoas físicas e jurídicas prestados às administrações públicas, ou obtidos pela Administração Pública por qualquer outro meio ou forma, devem servir de ingrediente para o exercício das atividades e competências legais do órgão, sendo vedada qualquer iniciativa que facilite a divulgação das informações fiscais.

Sendo assim, resta evidenciado que a Lei de Acesso à Informação, tem a finalidade de garantir acesso a informações, exceto nos casos protegidos por outras legislações, tais como os sigilos bancários, fiscal e industrial.

Desta feita, entendo que a matéria é complexa e não pode ser pacificada em sede administrativa, reclamando a intervenção jurisdicional para pacificação do imbróglio, pois, em qualquer hipótese estaríamos por negar vigência a um dispositivo legal, seja o da Lei Federal nº 12.527/2011 ou o da Lei Federal nº 5.172/66.

Diante do exposto, em obediência ao artigo 198, da Lei Federal nº 5.172/66, INDEFIRO O PEDIDO, QUANTO AO FORNECIMENTO DAS NOTAS FISCAIS, EM RAZÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA OU FINANCEIRA DO PRESTADOR DO SERVIÇOS, SOBRETUDO EM RELAÇÃO A NATUREZA E O ESTADO DE SEUS NEGÓCIOS OU ATIVIDADES.

Sem mais para o momento, apresento votos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

  
JOSÉ RONALDO DE MELO  
Secretário de Finanças